



RESOLUÇÃO Nº. 04/2014

“Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Município, nos casos que especifica”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tucumã, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Art. 18, inciso IV do Regimento Interno, **Faz saber que o Plenário aprovou e ELA promulga presente RESOLUÇÃO.**

At. 1º. – A Secretaria de Administração deverá desenvolver ações no sentido de promover a reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização, e a exaustão dos bens do ativo de todos os departamentos da Câmara Municipal, para fins de garantir o atendimento às disposições da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, da lei 4.320 de 1.964, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade.

Parágrafo Único – Para os fins desta Resolução, entende-se por:

I – **Avaliação patrimonial:** a atribuição de valor monetário itens do ativo e de passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes, e que traduza, com razoabilidade, e evidenciação dos atos e dos fatos administrativos;

II – **Mensuração:** a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrentes da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

III – **Redução ao valor recuperável:** é a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo que reflete o declínio na sua utilidade, além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação.

PUBLICADO EM 04/11/14



VI – **Valor recuperável**: o valor de mercado de um ativo, menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo, nas suas operações, o que for maior;

V – **Valor de aquisição**: a soma do preço de compra de um bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

VI – **Valor justo**: é o preço que seria recebido pela venda de um ativo, ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração;

VII – **Valor contábil**: o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

VIII – **Reavaliação**: a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

IX – **Vida útil**: o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo;

X – **Laudo técnico**: documento hábil que contém as informações necessárias ao registro patrimonial;

XI – **Ajuste inicial**: atribuição de valor justo para os ativos adquiridos antes da data de corte.

Art. 2º. O presidente da Câmara nomeará uma Comissão para a implementação dos procedimentos patrimoniais de que trata esta Resolução.

§ 1º. A Comissão deverá ser composta de no mínimo três membros do Poder Legislativo;

§ 2º. Os responsáveis pelos departamentos deverão colaborar com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, para cumprimento das disposições desta Resolução.

§ 3º. A Comissão elaborará o "laudo técnico", conforme o anexo II desta Resolução, e o encaminhará ao departamento financeiro, o qual servirá de base para a escrituração do bem, no sistema informatizado de patrimônio;



§ 4º. Poderá ser contratada assessoria ou consultoria para orientar e auxiliar os trabalhos da Comissão. 3

Art. 3º. Compete à Comissão: avaliar, reavaliar, fazer testes de recuperabilidade, e adotar outros procedimentos previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT 16.9 e NBCT 16.10), e no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público para determinar o valor justo dos bens.

Art. 4º. Os bens móveis, imóveis e intangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2013 (data de corte), registrados no ativo imobilizado, serão avaliados com base no valor de aquisição, produção e construção.

Art. 5º. Sofrerão ajuste inicial ao valor justo, os bens imóveis e intangíveis adquiridos antes da data de corte.

§ 1º. O ajuste ao valor justo dos bens adquiridos antes da data de corte será realizado utilizando-se os grupos e aplicando-se a Taxas Anuais de Depreciação estabelecidos no Anexo I, ou outro valor que a Comissão, justificadamente, venha a definir;

§ 2º. Após o ajuste inicial dos bens, adotar-se-á o método contábil de reavaliação.

Art. 6º. A reavaliação de bens móveis e imóveis poderá ser feita por lotes quando se referir a um conjunto de bens similares com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes.

Art. 7º. Quando um item do ativo for reavaliado, é necessário que todo o grupo semelhante do ativo seja também reavaliado.

Art. 8º. O Balanço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro deverá ser acompanhado de nota explicativa contendo:

- I – Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- II - Os métodos de depreciação utilizados;
- III – As vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas;



IV – O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas) no início e no final do período.

Art. 9º. A apuração da depreciação, amortização e exaustão devem ser feitas mensalmente, a partir do momento em que o bem estiver em condições de uso, não cessando quando o mesmo for retirado temporariamente de operação.

Art. 10. Os bens que entrarem em condições de uso no decorrer do mês, a depreciação, a amortização, e a exaustão iniciam-se no mês seguinte à colocação do bem em condições de uso, não havendo para os bens, depreciação, amortização, e exaustão em fração menor que um mês.

Art. 11º. Nos casos dos bens imóveis, somente a parcela correspondente à edificação deve ser depreciada, não se depreciando o terreno, que deverá ser controlado individualmente.

Art. 12º. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização, ou exaustão:

I – Bens móveis de natureza cultural, tais como obras de arte, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II – Bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III – Terrenos rurais e urbanos.

Art. 13º. O método de cálculo dos encargos de depreciação deverá ser o de cotas constantes, observando as taxas e vidas úteis estabelecidas no Anexo I desta Resolução.

Art. 14º. O valor residual e a vida útil dos bens móveis, imóveis, e intangíveis serão revisados ao final de cada exercício e alterado caso seja necessário.

Art. 15º. Os seguintes fatos devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:



- I – Capacidade de geração de benefícios futuros;
- II – Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- III – Obsolescência tecnológica;
- IV – Limites legais ou contratuais sobre a exploração do ativo.

Art. 16º. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização, ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no laudo técnico elaborado pela Comissão.

Art. 17º. Quando o valor líquido contábil do ativo for igual ao valor residual, o bem somente continuará a ser depreciado, amortizado ou exaurido se houver uma reavaliação redefinindo o seu tempo de vida útil restante.

Art. 18º. A Comissão deve avaliar, observando-se a relação custo-benefício, se há alguma indicação de que um ativo imobilizado ou intangível possa ter sofrido perda por irrecuperabilidade, caso isto aconteça, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade.

Art. 19º. Nos casos omissos dessa Resolução, devem-se considerar as orientações contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, e no Manual e Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 20º. Ficam dispensados dos procedimentos a que se referem esta Resolução os bens:

- I – Que durante o uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;
- II – Cujas estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;
- III – Sujeitos a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;
- IV – Que são destinados à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal;




V – Quando adquirido para fins de transformação.


Art. 21º. Compete à Secretaria de Administração, o acompanhamento da execução das medidas constantes nesta Resolução.

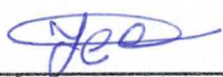
Art. 22º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23º. Revogam as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tucumã, aos 04 de Novembro de
2014


ANIVALDO JULIÃO DE LIMA
PRESIDENTE DA CMT. BIÊNIO 2013/2014.


JOSE VALNEI PINTO DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE CMT. BIÊNIO 2013/2014.


JOSÉ COSTA DOS SANTOS
1º. SECRETÁRIO CMT. BIÊNIO 2013/2014.

GILVÃ JOSÉ DE SOUSA
2º. SECRETÁRIO CMT. BIÊNIO 2013/2014.

PUBLICADO EM 04/11/14

ÀS 11:14 H.


SECRETÁRIA - CMT



Anexo I

TÍTULO	VALOR RESIDUAL (%)	BENS COM DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO NORMAL	
		VIDA ÚTIL (EM MESES)	TAXA MENSAL DE DEPRECIÇÃO (%)
BENS MÓVEIS			
AERONAVES	10	120	0,833
APARELHOS DE MEDIÇÃO	10	120	0,833
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	60	1,667
APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	10	120	0,833
APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	10	120	0,833
APARELHO E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	120	0,833
ARMAMENTOS	10	120	0,833
BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	10	120	0,833
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	120	0,833
EMBARCAÇÕES	10	240	0,417
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	10	60	1,667
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	120	0,833
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10	60	1,667
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	10	120	0,833
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	120	0,833



MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10	120	0,833
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	120	0,833
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10	60	1,667
MÁQUINAS, INSTRUMENTOS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	120	0,833
EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO	10	60	0,833
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	120	0,833
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	10	60	1,667
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	10	120	0,833
MOBILIÁRIO EM GERAL	10	120	0,833
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	10	120	0,833
VEÍCULOS DIVERSOS	10	60	1,667
VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	10	240	0,417
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	60	1,667
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	10	60	1,667
CARROS DE COMBATE	10	48	2,083
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS ESCOLARES	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	120	0,833
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	10	120	0,833
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	10	60	1,667



EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	60	1,667
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10	60	1,667
UTENSÍLIOS EM GERAL	10	120	0,833
DISCOTECAS E FILMOTECAS	10	60	1,667
OUTRAS MAT. CULT. EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	10	120	0,833
SEMOVENTES	10	60	1,667
OUTROS BENS MÓVEIS	10	120	0,833
BENS IMÓVEIS			
EDIFÍCIOS	10	300	0,333
TERRENOS	-	-	-
ARMAZÉNS E SILOS	10	300	0,333
GALPÕES	10	300	0,333
FAZENDAS			
SÍTIOS			
AEROPORTOS/ESTAÇÕES/AERÓDROMOS	10	300	0,333
APARTAMENTOS	10	300	0,333
CASAS	10	300	0,333
CEMITÉRIOS	-	-	-
ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	10	300	0,333
ESTRADAS	10	300	0,333
FARÓIS	10	300	0,333
GLEBAS	-	-	-
HOTÉIS	10	300	0,333
HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE	10	300	0,333
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	10	300	0,333
IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	10	300	0,333
LABORATÓRIOS/OBSERVATÓRIOS	10	300	0,333



LOJAS	10	300	0,333
LOTES	-	-	-
MUSEUS E PALÁCIOS	10	300	0,333
BENS DO PATRIMONIO CULTURAL	-	-	-
PARQUES	-	-	-
PORTOS E ESTALEIROS	10	300	0,333
POSTOS DE FISCALIZAÇÃO	10	300	0,333
PONTES	10	300	0,333
PRAÇAS	10	300	0,333
REDES DE TELECOMUNICAÇÕES	10	300	0,333
REPRESAS E AÇUDES	10	300	0,333
RESERVAS	-	-	-
RUAS	10	300	0,333
SALAS	10	300	0,333
SISTEMAS DE ABASTECIMETNO DE ENERGIA	10	300	0,333
SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	10	300	0,333
VIADUTOS	10	300	0,333
OUTROS BENS IMÓVEIS	10	300	0,333
BENS INTANGÍVEIS			
SOFTWARES	10	120	0,833

10

PUBLICADO EM 09 / 11 / 14
ÀS 11:14' H.
Valdeny Sousa
SECRETÁRIA - CMT



Anexo II

LAUDO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

1. Laudo nº: _____
2. Nº do Tombamento: _____
3. Descrição do Bem:

4. Localização: _____
5. Data de Aquisição: ____/____/____
6. Objetivo da Avaliação:

7. Pressupostos, Ressalvas e Fatores Limitantes

8. Critério de Avaliação Utilizado

9. Resultado da Avaliação

10. Estado de Conservação

- a. () Novo



- b. () Bom
- c. () Regular
- d. () Péssimo

11. Valores

- a. Valor de Aquisição: R\$ _____ (_____)
- b. Valor de Mercado: R\$ _____ (_____)
- c. Valor Atribuído: R\$ _____ (_____)
- d. Vida Útil Remanescente: _____

12. Observações

Local _____, Data ___/___/___

Membros da Comissão:

Nome	Matrícula	Assinatura

PUBLICADO EM 04/11/14
ÀS 11:14 H.
Valdery Sousa
SECRETÁRIA - CMT